

## CAPÍTULO I – TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS .....

<b>+</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>11</b>
1.1.	Constitucionalismo e história das Constituições .....	11
1.2.	Conceito e concepções de constituição .....	18
1.3.	Classificação das constituições .....	21
1.4.	Componentes da constituição: preâmbulo, corpo ou articulado e ADCT.....	25
1.5.	Teoria da norma constitucional: postulados normativos, princípios e regras.....	26
1.6.	Interpretação, eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.....	27
1.7.	Princípios de interpretação constitucional ...	35
1.8.	Métodos de interpretação constitucional ....	39
<b>+</b>	<b>DICAS (RESUMO) .....</b>	<b>44</b>
1.	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO.....	44
1.1.	Conceito de direito constitucional..	44
1.2.	Objeto do direito constitucional.....	44
1.3.	Formação do direito constitucional...	44
1.4.	Constitucionalismo .....	44
1.4.1.	Conceito.....	44
1.4.2.	Etapas ou ciclos constitucionais .....	44
1.5.	Outros modelos de constitucionalismo.....	45
1.5.1.	Constitucionalismo social.....	45
1.5.2.	Constitucionalismo transnacional.....	45
1.5.3.	Constitucionalismo global.....	46
1.5.4.	Transconstitucionalismo.....	46
1.5.5.	Constitucionalismo popular...	46
1.5.6.	Constitucionalismo democrático .....	46
1.6.	Pós-positivismo.....	46
1.7.	Neopositivismo.....	46
1.8.	Concepções de Constituição .....	46
1.9.	Supremacia Constitucional .....	47
1.10.	Classificação ou tipologia das Constituições .....	47
1.10.1.	Quanto à Origem .....	47
1.10.2.	Quanto ao Conteúdo .....	47
1.10.3.	Quanto à Forma .....	47
1.10.4.	Quanto à Estabilidade .....	47
1.10.5.	Quanto à Extensão.....	48
1.10.6.	Quanto à Finalidade .....	48
1.10.7.	Quanto ao Modo de Elaboração.....	48
1.10.8.	Quanto à Ideologia .....	48
1.11.9.	Quanto ao Valor ou Ontologia (Karl Loewenstein) .....	48
1.11.	Componentes da Constituição Federal de 1988.....	48
1.12.	Elementos das Constituições.....	49

1.13.	Bloco de Constitucionalidade .....	49
1.14.	Convenções Constitucionais .....	49
1.15.	Normas, Postulados Normativos, Princípio e Regras.....	49
1.16.	Colisão de Direitos Fundamentais...	49
1.17.	Existência, validade e eficácia das normas constitucionais.....	50
1.18.	Classificação das Normas Constitucionais quanto à Eficácia .....	50
1.19.	Classificação das normas materiais constitucionais (segundo Luís Roberto Barroso) .....	51
1.20.	Eficácia dos princípios constitucionais (segundo Luís Roberto Barroso).....	51
1.21.	Métodos de Interpretação Constitucional .....	51
1.22.	Leitura Moral da Constituição .....	52
1.23.	Princípios de Interpretação Constitucional .....	52
1.23.1.	Princípios Enunciados por Canotilho .....	52
1.23.2.	Outros Princípios .....	52
1.24.	Classificação dos princípios constitucionais segundo José Afonso da Silva .....	53
1.25.	Constituição, Cosmopolitismo e Estado Constitucional Cooperativo .....	53
1.26.	Filosofia Constitucional .....	53
1.27.	Teorias do Discurso e da Argumentação.....	54

## CAPÍTULO II – PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL ...

<b>+</b>	<b>QUESTÕES .....</b>	<b>55</b>
II.1.	Poder constituinte originário/genuíno/pri-mário/de primeiro grau.....	55
II.2.	Poder constituinte derivado reformador/de reforma/secundário/de segundo grau/instituído ou constituído.....	57
II.2.1.	Limites ao poder constituinte derivado reformador .....	59
II.3.	Revisão constitucional.....	61
II.4.	Mutação constitucional .....	62
II.5.	Poder constituinte derivado decorrente.....	64
II.6.	Direito constitucional intertemporal: revo-gação, recepção, repristinação e desconstitucionalização.....	66
<b>+</b>	<b>DICAS (RESUMO) .....</b>	<b>69</b>
2.	Poder Constituinte e Direito Constitucional Intertemporal.....	69
2.1.	Poder Constituinte.....	69

2.1.1. Espécies de poder constituínte.....	69	V.3. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais...	163
2.1.2. Limitações ao Poder Constituinte Derivado .....	70	V.4. Associação profissional ou sindical e direito de greve.....	175
2.1.3. Revisão constitucional.....	71	+ <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>180</b>
2.1.4. Mutação constitucional .....	71	5. Direitos Sociais .....	180
2.2. Direito constitucional intertemporal.....	71	5.1. Teoria geral .....	180
		5.2. Trabalhador doméstico.....	182
<b>CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS ....</b>	<b>73</b>	<b>CAPÍTULO VI – DIREITOS DA NACIONALIDADE ..</b>	<b>185</b>
+ <b>QUESTÕES</b> .....	<b>73</b>	+ <b>QUESTÕES</b> .....	<b>185</b>
III.1. Fundamentos da República Federativa do Brasil .....	73	VI.1. Nacionalidade brasileira: brasileiro nato e naturalizado.....	185
III.2. Separação dos Poderes.....	74	VI.2. Distinção de tratamento e cargos privativos de brasileiro nato.....	188
III.3. Objetivos fundamentais .....	75	VI.3. Perda da nacionalidade.....	194
III.4. Princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais .....	76	VI.4. Extradicação.....	195
+ <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>77</b>	+ <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>198</b>
3. Princípios fundamentais.....	77	6. Direitos da nacionalidade .....	198
3.1. Fundamentos da República .....	77	6.1. Brasileiros natos.....	198
3.2. Federalismo .....	77	6.2. Brasileiros naturalizados .....	199
3.3. Princípio democrático .....	78	6.3. Cargos Privativos de Brasileiros Natos .....	199
3.4. Poderes da União .....	78	6.4. Perda da nacionalidade .....	199
3.5. Objetivos fundamentais.....	78	6.5. Medidas de exclusão do território nacional.....	199
3.6. Relações Internacionais .....	78	6.6. Extradicação .....	200
3.7. Preceitos fundamentais.....	78	6.7. Idioma oficial .....	201
<b>CAPÍTULO IV – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>79</b>	<b>CAPÍTULO VII – DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS .....</b>	<b>203</b>
+ <b>QUESTÕES</b> .....	<b>79</b>	+ <b>QUESTÕES</b> .....	<b>203</b>
IV.1. Teoria dos direitos fundamentais.....	79	VII.1. Conceitos fundamentais: democracia, sufrágio, voto, sistemas eleitorais, plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei .....	203
IV.2. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	91	VII.2. Capacidade eleitoral ativa.....	204
IV.3. Ações ou remédios constitucionais.....	121	VII.3. Capacidade eleitoral passiva e inelegibilidades .....	206
IV.3.1. <i>Habeas corpus</i> .....	121	VII.4. Ação de impugnação do mandato eletivo ....	215
IV.3.2. Mandado de segurança individual ...	123	VII.5. Cassação, perda e suspensão dos direitos políticos.....	216
IV.3.3. Mandado de segurança coletivo.....	126	VII.6. Princípio da anterioridade ou anualidade eleitoral.....	217
IV.3.4. Mandado de injunção .....	128	VII.7. Partidos políticos .....	218
IV.3.5. <i>Habeas data</i> .....	133	+ <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>222</b>
IV.3.6. Ação popular .....	137	7. Direitos Políticos e Sistemas Eleitorais .....	222
+ <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>140</b>	7.1. Conceitos Fundamentais.....	222
4. Direitos e garantias fundamentais.....	140	7.2. Capacidade eleitoral passiva.....	222
4.1. Teoria geral dos direitos fundamentais.....	140	7.3. Alistamento e voto .....	222
4.2. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	144	7.4. Condições de elegibilidade.....	222
4.3. Ações ou remédios constitucionais	155	7.5. Sistemas eleitorais .....	223
4.3.1. <i>Habeas Corpus</i> .....	155	7.6. Inelegibilidade reflexa .....	223
4.3.2. Mandado de Segurança.....	156	7.7. Elegibilidade do militar.....	224
4.3.3. Mandado de Segurança Coletivo .....	157	7.8. Hipóteses de inelegibilidade.....	224
4.3.4. <i>Habeas Data</i> .....	158	7.9. Impugnação do mandato eletivo ....	225
4.3.5. Mandado de Injunção.....	158	7.10. Partidos políticos.....	225
4.3.6. Ação Popular .....	160		
<b>CAPÍTULO V – DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>161</b>	<b>CAPÍTULO VIII – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....</b>	<b>227</b>
+ <b>QUESTÕES</b> .....	<b>161</b>	+ <b>QUESTÕES</b> .....	<b>227</b>
V.1. Teoria geral .....	161		
V.2. Direitos sociais do art. 6º da CF .....	162		

VIII.1 Organização político-administrativa e Entes Federados.....	227	IX.3. Poder Judiciário.....	359
VIII.2. Distribuição de competências.....	239	IX.3.1. Organização do Poder Judiciário.....	360
VIII.3. Intervenção.....	268	IX.3.2. Estatuto da Magistratura, princípios, prerrogativas e garantias constitucionais .....	387
VIII.4. Administração Pública.....	275	IX.3.3. Precatórios .....	392
† <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>295</b>	† <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>393</b>
8. Organização do Estado.....	295	9. Separação dos Poderes.....	393
8.1. Organização político-administrativa.....	295	9.1. Poder Legislativo.....	393
8.2. Intervenção .....	297	9.1.1. Imunidades.....	395
8.3. Entes federados e distribuição de competências.....	298	9.1.2. Comissão parlamentar de inquérito – CPI .....	397
8.3.1. Competência da União.....	298	9.1.3. Tribunal de contas.....	399
8.3.2. Competência dos Estados e competência concorrente.....	301	9.1.4. Processo legislativo .....	400
8.3.3. Competência dos Municípios.....	302	9.2. Poder executivo.....	404
8.4. Administração Pública .....	304	9.3. Poder judiciário.....	407
8.4.1. Constituição e a atuação administrativa.....	304	9.3.1. Conselho nacional de justiça – CNJ.....	413
8.4.2. Princípios da Administração Pública .....	304	9.3.2. Precedentes e súmula vinculante.....	415
8.4.3. Disposições gerais.....	304	<b>CAPÍTULO X – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA ..</b>	<b>417</b>
8.4.4. Servidores públicos.....	305	† <b>QUESTÕES</b> .....	<b>417</b>
<b>CAPÍTULO IX – SEPARAÇÃO DOS PODERES .....</b>	<b>311</b>	X.1. Ministério Público.....	417
† <b>QUESTÕES</b> .....	<b>311</b>	X.2. Advocacia e Advocacia Pública.....	425
IX.1. Poder Legislativo .....	311	X.3. Defensoria Pública .....	426
IX.1.1. Legislativo da União.....	311	† <b>DICAS (RESUMO)</b> .....	<b>429</b>
IX.1.1.1. Organização e funcionamento do Congresso Nacional.....	311	10. Funções essenciais à justiça .....	429
IX.1.1.2. Atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	313	10.1. Ministério Público .....	429
IX.1.1.3. Imunidades, prerrogativas, impedimentos/incompatibilidades e perda de mandato dos Parlamentares .....	315	10.2. Advocacia Pública.....	434
IX.1.1.4. Comissões .....	320	10.3. Advocacia.....	436
IX.1.1.5. Processo legislativo .....	323	10.4. Defensoria Pública.....	436
IX.1.1.6. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Legislativo da União .....	345	<b>CAPÍTULO XI – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>439</b>
IX.1.2. Legislativo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios .....	348	† <b>QUESTÕES</b> .....	<b>439</b>
IX.2. Poder Executivo .....	349	XI.1. Formas de inconstitucionalidade.....	439
IX.2.1. Executivo da União .....	349	XI.2. História do controle de constitucionalidade	440
IX.2.1.1. Eleição, posse e linha sucessória do Presidente da República .....	349	XI.3. Controle Difuso .....	442
IX.2.1.2. Atribuições do Presidente da República.....	349	XI.4. Controle Concentrado.....	446
IX.2.1.3. Imunidades e responsabilidade do Presidente da República .....	353	XI.4.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) .....	459
IX.2.2. Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.....	356	XI.4.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) .....	464
IX.2.3. Executivo dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios .....	358	XI.4.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) Interventiva .....	467
		XI.4.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) .....	467
		XI.4.5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	470
		XI.4.6. Controle Concentrado em âmbito estadual .....	476
		XI.5. Temas especiais de controle de constitucionalidade.....	479
		XI.5.1. Inconstitucionalidade por arrastamento ou atração e a teoria da divisibilidade da lei.....	479

